



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI N.º 8 DE 08 DE JUNHO DE 2010.

Dá nova redação ao art. 83 da Lei 5.860, de 01 de julho de 2009.

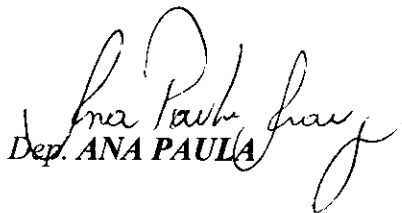
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,
FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 83 da Lei 5.860, de 01 de julho de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 83. As concessões E PERMISSÕES do Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros em sua modalidade Rodoviário Convencional, Semi-Urbano e ALTERNATIVO, anteriores a vigência desta Lei, concedidas por tempo indeterminado, permanecerão com suas devidas delegações, as empresas concessionárias e sob vigência do prazo estabelecido pelo art. 6º e 7º, primeira parte, desta Lei”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em
Teresina.(PI), 01 de junho de 2010.


Dep. ANA PAULA



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 10 / 06 / 10

[Assinatura]
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado [Assinatura]

para relatar.

Em 15 / 06 / 10

[Assinatura]
Presidente do Conselho de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº: 08/10

PROCESSO : AL 924/10

AUTOR(A): DEPUTADA ANA PAULA

RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Indicativo de Projeto de Lei Nº 08/10 que “**Dá nova redação ao art. 83 da Lei 5.860, de 01 de julho de 2009**”.

II – PARECER

De acordo com o art. 95 do Regimento Interno, a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí exerce sua função legislativa através da proposição. Dentre estas proposições encontram-se os projetos de lei, como reza o art. 96, I, b:

“Art. 96 – As proposições se constituem em:

I – voluntárias:

(...) b) Projeto de lei”.

III – VOTO

Com base no **princípio do interesse público** esta relatoria opina pelo normal tramite da presente proposição.


Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, 21 de Setembro de 2010

Atenciosamente,


Antônio Uchôa
RELATOR


Avenida Marechal Castelo Branco, s/n – Teresina-PI

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 09 / 11 / 10
 Presidente da Comissão de
Justiça

